

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DANIELA PEREIRA DA SILVA RIBEIRO**

**FUTEBOL FEMININO NO BRASIL DO SÉCULO XX: O CONFRONTO COM OS  
PADRÕES NORMATIVOS DO ESTADO NOVO E DO REGIME MILITAR.**

**GUARULHOS  
2016**

**DANIELA PEREIRA DA SILVA RIBEIRO**

**FUTEBOL FEMININO NO BRASIL DO SÉCULO XX: O CONFRONTO COM OS  
PADRÕES NORMATIVOS DO ESTADO NOVO E DO REGIME MILITAR.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: Sociologia  
Orientador: Marcia Regina Tosta Dias

**GUARULHOS  
2016**

Ribeiro, Daniela Pereira da Silva.

Futebol feminino no Brasil do século XX: O confronto com os padrões normativos do Estado novo e do Regime militar./ Daniela Pereira da Silva Ribeiro. Guarulhos, 2016.

53 f.

[Trabalho de conclusão de curso] ([Bacharelado e Licenciatura] em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Orientadora: Marcia Regina Tosta Dias.

Título em inglês: Brazilian Woman's football in the twentieth century: The confrontation with the normative standards of the New State and the Military Regime.

1. [Futebol Feminino]. [2. Estado Novo]. [3. Regime Militar]. [4. Lei de Proibição] I. Orientadora Marcia Regina Tosta Dias. II. Título:Futebol feminino no Brasil do século XX: O confronto com os padrões normativos do Estado novo e do Regime militar.

**DANIELA PEREIRA DA SILVA RIBEIRO**  
**FUTEBOL FEMININO NO BRASIL DO SÉCULO XX: O CONFRONTO COM OS**  
**PADRÕES NORMATIVOS DO ESTADO NOVO E DO REGIME MILITAR.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Sociais

Área de concentração: Sociologia

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Regina Tosta Dias  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Diego Rafael Ambrosini  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. [Nome]  
[Instituição]

Dedicado à todas as mulheres que lutam por seus corpos combatendo diariamente as diversas formas de dominação masculina, dentro e fora do âmbito esportivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, minha família, minha orientadora que permitiu que este trabalho pudesse ser realizado confrontando os preconceitos em relação ao estudo sobre futebol no meio acadêmico, meus amigos e amigas que deram diversas sugestões de autores e me apoiaram nessa caminhada. E por último, mas não menos importante, ao Grupo de Estudos sobre Futebol da Universidade Federal de São Paulo que contribuiu na ampliação de meus conhecimentos sobre futebol.

### Epígrafe

*“Nossa intenção é fazer um show, promover o futebol feminino, atrair a torcida para os estádios com um novo tipo de espetáculo que não parece ferir ninguém, exceto uma legislação discriminatória, que impede a mulher de desempenhar uma atividade esportiva reservada, ao que parece, exclusivamente ao homem. Ora, toda lei (ou decreto, ou deliberação) que faça clara discriminação de qualquer espécie contraria a Constituição em vigor”.*

### Rose do Rio.

*In:* ALMEIDA, Caroline Soares de. *Boas de bola: Um estudo sobre o ser jogadora no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013, p.55

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar, alguns elementos sobre a prática do futebol feminino no Brasil. Trata-se de analisar a maneira como alguns agentes importantes tais como, o Estado, as organizações esportivas (Confederação Nacional de Desportos e os Clubes), a Imprensa esportiva, e a Ciência médica foram construindo um conjunto de normas e discursos regulatórios da maneira como às mulheres podiam ou não se dedicar aos esportes. A união dos discursos que desqualificavam o futebol feminino aliado as deliberações oficiais por parte do Estado fez com que as jogadoras de futebol fossem julgadas de acordo com estereótipos da época. As partidas por elas disputadas por muito tempo não tinham o caráter de jogo, como era visto o masculino, mas sim de espetáculo, de entretenimento, arrecadação de fundos com jogos beneficentes. Portanto, através das leituras específicas das Ciências Sociais e de uma visão do futebol enquanto elemento cultural, político, histórico e social foi possível analisar os desdobramentos do futebol feminino brasileiro pelas perspectivas dos agentes acima citados. Trata-se, portanto, de entender como a prática desse esporte pelas mulheres auxiliou na construção de uma nova forma de “ser mulher”, ou seja, uma nova forma de entender o corpo, os papéis sociais e as práticas direcionadas às mulheres, problematizando a divisão de gênero binário (masculino-feminino) e os projetos políticos do Estado Novo e do Regime Militar.

Palavras-chave: [Futebol Feminino]. [Estado Novo]. [Regime Militar]. [Lei de Proibição]



## ABSTRACT

The present work aims to present, some elements on the practice of women 's soccer in Brazil. It is a question of analyzing the way in which some important agents such as The State, the sports organizations (National Confederation of Sports and Clubs), the Sports Press, and Medical Science have been building a set of norms and Women could or could not engage in sports. The Union of the speeches that disqualified the feminine soccer allied to the official deliberations on the part of the State caused that the soccer players were judged according to stereotypes of the time. The games played by them for a long time did not have the character of play, as was seen in the masculine, but of spectacle, of entertainment, of fund-raising with beneficent games. Therefore, through the specific readings of the Social Sciences and a vision of football as a cultural, political, historical and social element, it was possible to analyze the unfolding of Brazilian women's football through the perspectives of the agents mentioned above. It is, therefore, to understand how the practice of this sport by women helped in the construction of a new way of being a woman, that is, a new way of understanding the body, social roles and practices directed at women, problematizing the binary gender division (male-female) and the political projects of the New State and the Military Regime.

Keywords: [Woman's Football]. [New State]. [Military Regime]. [Prohibition Act]

## **SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO 9**

### **CAPÍTULO I**

**O FUTEBOL NO BRASIL DO SÉCULO XIX E XX 10**

**I.I SÉCULO XX E O FUTEBOL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE NACIONAL 12**

### **CAPÍTULO II**

**O GOVERNO VARGUISTA E A REAFIRMAÇÃO DA ORDEM PAUTADA NOS PAPEIS SOCIAIS ENTRE OS HOMENS E AS MULHERES 22**

**II.I MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE: EDUCAÇÃO FÍSICA E EUGENIA NO ESTADO NOVO 25**

### **CAPÍTULO III**

**LEI DE PROIBIÇÃO: FUTEBOL X NATUREZA FEMININA.**

**DÉCADA DE 1940: O DECRETO-LEI E A RESTRIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO 33**

**III. I DÉCADA DE 1960 E A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO EM CONSONÂNCIA COM A DITADURA MILITAR 36**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS 45**

**REFERÊNCIAS 46**

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho traz para reflexão o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil a partir do início século XX. Trata-se de compreender como os governos autoritários, Estado Novo e Regime Militar, por meio da Ciência Médica e da mídia, interviram decisivamente na definição de padrões normativos para a prática do futebol feminino.

O Capítulo I retrata as transformações sociais vivenciadas no Brasil a partir do fim do século XIX, que com a vinda de imigrantes e a mudança nas relações sociais propiciaram, por meio dos esportes, um modo de inserção na vida moderna. Em seguida apresentamos o aspecto nacionalista presente no futebol masculino, dada a sua popularidade internacional, assim como a crescente prática do futebol feminino na Inglaterra - país no qual a prática, assim como no Brasil, sofreu proibição por parte do Estado e teve na Ciência Médica um discurso que deslegitimava o futebol feminino. Com isso, busca-se explicar como o futebol feminino teve início em nosso país, procurando apontar as contradições políticas, econômicas e sociais do fim da década de 1920.

O Capítulo II aborda os fatores históricos que levaram ao governo de Getúlio Vargas (Governo Provisório de 1930-1934, Governo Constitucional de 1934-1937 e o Estado Novo de 1937-1945). Além disso, explora o disciplinamento dos corpos com a instituição dos Departamentos de Educação, no caso o de Educação Física principalmente, que por meio da construção dos estereótipos biologizantes e binários (homem-mulher) destinavam às mulheres apenas fazerem parte do projeto de identidade nacional, por meio da função primordial de serem a “célula-mater” da Nação, de acordo com os padrões eugênicos.

O Capítulo III problematiza o aspecto da Lei de Proibição, inicialmente de "esportes incompatíveis à natureza feminina" em 1941 durante o governo Vargas, e depois por meio da Deliberação nº 7 em 1965, durante o Regime Militar que define quais esportes não poderiam ser praticados. Entre eles estavam o futebol, o futebol de salão e o futebol de praia.

Por tanto nesses três capítulos escolhe-se como estratégia de abordagem identificar as raízes históricas, políticas e institucionais que permitem melhor compreender as relações que se estabelecem entre o futebol e as mulheres. Dessa mesma forma considera-se necessário aproximar o objeto dos referenciais teóricos e conceituais das Ciências Sociais. Finalmente, considera-se que a abordagem de tais questões venham a favorecer a realização de estudos sobre a atual condição do futebol feminino no Brasil e no mundo.

## **CAPÍTULO I O FUTEBOL NO BRASIL DO SÉCULO XIX E XX.**

A vinda da corte portuguesa em 1808 e o período de Abolição da escravidão em 1888, foram pontos de destaque para muitos autores brasileiros que, a partir da década de 1930, se propuseram a problematizar a história do Brasil e pensar as questões políticas daquele período. Como exemplo de podemos citar, tanto de um ponto de vista culturalista, como o colocado por Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” e Sérgio Buarque de Hollanda em “Raízes do Brasil”, quanto materialista histórico, com Caio Prado Jr. em “A Formação do Brasil Contemporâneo”.

Por se configurar como um momento de transição, até o início do século XIX o Brasil se caracterizava pelo domínio rural, patriarcalista, com uma economia agrária, latifundiária pautada no escravismo. Como mostra Caio Prado, grande parte da produção era destinada ao mercado externo, cujo os interesses eram ditados por uma ordem externa e interna, causados pela mudança no capitalismo internacional que interfere no país. As mudanças econômicas e políticas que se verificaram paulatinamente geraram grande instabilidade social e colocaram em cheque as relações entre a metrópole e a colônia e mostraram a necessidade da busca por uma nova forma de organização social.

Para que possamos compreender as dinâmicas que direcionaram a restrição da prática de alguns esportes, entre eles o futebol às mulheres, devemos antes analisar o contexto que tal esporte se circunscreve tendo em mente que a história por mais que avance cronologicamente por vezes mantém no meio social, visões de mundo e formas de sociabilidade que detém resquícios do passado.

A respeito das mudanças regionais ocorridas no fim do século XIX com o processo de industrialização e urbanização, Mônica Schpun, aponta que com o sucesso do café São Paulo torna-se num curto espaço de tempo o centro nacional da economia e dos negócios, além da população da cidade ser a segunda do país.

A partir de 1890 o crescimento urbano intenso provoca um processo geral de transformações, de acordo com Schpun, em 10 anos a população da cidade aumenta em quase 300%. Em 1900, somente o Rio de Janeiro, capital do país naquele momento, é o mais populoso (com 690.000 habitantes). Como consequência, a autora nos mostra que no fim do século XIX, a política massiva de incitação a imigração, fez com que as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro formassem uma população numerosa e quase sempre miserável, originária

do êxodo rural ou diretamente da imigração<sup>1</sup>. Além disso, como menciona Fábio Franzini, tais cidades eram consideradas eixos políticos e econômicos do país, pois vivenciaram neste período muito proximamente as transformações colocadas pela Abolição, pela República e, sobretudo, pela forte expansão capitalista advinda da Segunda Revolução Industrial. Portanto, os habitantes destes lugares procuravam adequar seus hábitos, costumes e encontraram nos esportes uma rápida forma de inserção na vida moderna.

Dentro deste contexto destacam-se três teorias sobre a introdução do futebol no Brasil, a criação de clubes por imigrantes, o retorno dos jovens de elite que faziam seus estudos no continente europeu, como por exemplo, Charles William Miller, considerado o “pai” do futebol brasileiro, e o contato obtido entre marinheiros estrangeiros e os trabalhadores dos portos no Brasil<sup>2</sup>.

No que se refere a Charles Miller, a historiografia aponta o retorno de seus estudos na Inglaterra e sua vinda ao Brasil no ano de 1894, final do século XIX, trazendo consigo uma bola, calções, camisas, chuteiras, e as regras do futebol. Portanto, podemos considerar que ele menos foi um introdutor dessa prática esportiva no país, levando em consideração as outras interpretações, e mais foi quem institucionalizou o futebol às elites paulistas tendo como base as regras inglesas.

Como aponta Pierre Bourdieu:

[...] a passagem de jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas grandes escolas reservadas às “elites” da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares impondo-lhes uma mudança de significado e de função [...]<sup>3</sup>

Portanto podemos pensar na noção de esporte em seu sentido moderno, através da institucionalização de práticas lúdicas a partir do século XIX, período que surgem as primeiras agremiações esportivas e instituições como a Football Association (FA), que definiu as regras do futebol na Inglaterra, em 1863.

---

<sup>1</sup>SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo cultura física e comportamento em São paulo nos anos 20*, 1ª ed. Boitempo e Senac, São Paulo, 1999.

<sup>2</sup>ALMEIDA, Caroline Soares de. *Boas de bola: Um estudo sobre o ser jogadora no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

<sup>3</sup>BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo”. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983, p.140.

## **I.I SÉCULO XX E O FUTEBOL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE NACIONAL.**

Como já foi mencionado, o início do século XX traz consigo diversas ações políticas que se direcionam a modernização e industrialização do país, a vinda das famílias da oligarquia é um elemento importante na estruturação do meio urbano. As elites ocupam a cidade criando bairros residenciais, clubes, salões de baile e também locais de ocupação e frequência nos espaços públicos. Com isso, evidenciam-se as distâncias sociais através configuração da cidade.

Mônica Schpun, ao analisar a cultura e o comportamento da elite paulistana no século XX, menciona que:

No que se refere a elite[...] os papeis das mulheres e dos homens na sociedade e na família estão sujeitos, ao mesmo tempo, ao respeito das tradições, para garantir as prerrogativas de classe, e às novas exigências de uma sociedade moderna, com mulheres emancipadas, presentes na rua, participando das formas de sociabilidade.<sup>4</sup>

Os esportes são introduzidos na cidade na virada do século, também pela iniciativa de imigrantes principalmente ingleses e alemães, que queriam preservar seus hábitos esportivos, e de alguns representantes da oligarquia em contato com o desenvolvimento esportivo na Europa. Antes do futebol, o esporte mais praticado na cidade de São Paulo era o remo<sup>5</sup>, como exemplo temos Club de Regatas São Paulo, Club Internacional de Regatas, Club dos Aeronautas, Rowing Club, que dedicavam-se a essa atividade.

O futebol dentro desse contexto pode ser entendido como um meio de socialização e interação entre as elites, mas também entre os operários das fábricas que após o trabalho se reuniam para jogar.

Desde a década de 1910, os dirigentes cariocas e paulistas passaram a impor diversas medidas com o objetivo de controlar, e até impedir, o acesso de jogadores e equipes de origem popular e étnico-racial às divisões principais do futebol “oficial”, aquelas que reuniam seus clubes mais tradicionais, como Fluminense Football Clube e o Club Athletico Paulistano. Tais medidas cobravam dos atletas o “nível social”, grau de instrução, ocupação regular e dispor de tempo livre pra treinos e jogos. Entretanto, também era comum que diretores ao observar a habilidade de alguns jogadores arranjassem empregos fictícios, ou então professores para os analfabetos, regularizando-os assim nas determinações das entidades reguladoras.

---

<sup>4</sup> SCHPUN, Mônica Raisa. Op. Cit., p.21.

<sup>5</sup>SCHPUN, Mônica Raisa. Op. Cit., p. 49.

Em setembro de 1915, foi fundada em São Paulo a Federação Brasileira de Futebol (FBF), em novembro foi fundada no Rio a Federação Brasileira de Sports (FBS), ambas reivindicavam junto a FIFA<sup>6</sup> o reconhecimento como representante oficial do país. Somente em 1916, o ministro das relações exteriores Lauro Müller, apresenta uma proposta que unia ambas as partes. Sendo assim, em 6 de novembro nasceu no Rio de Janeiro a CBD, com o apoio de várias ligas e federações esportivas (não só futebolísticas) estaduais, porém formada pela maioria dos diretores do futebol local. Mesmo a CBD tentando promover uma integração do futebol nacional, os confrontos eram regionalizados.

Em 1919, foram criadas algumas entidades diretoras entre Rio de Janeiro e São Paulo, como por exemplo, Associação Paulista de Sports Atléticos (APSA); Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (Metro)<sup>7</sup>. Como a concentração de forças mantinha-se entre Rio e São Paulo, em contraste com os outros Estados, ocorriam frequentes choques de interesses e disputas de poder entre ambos. Um exemplo disso é a origem da Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

Para o historiador Fábio Franzini<sup>8</sup>, a maior dificuldade enfrentada por muitos jogadores estava em se desvencilhar do preconceito de cor, que fazia com que agremiações mantivessem uma postura segregacionista, em que os negros e mulatos eram excluídos na sociedade e no futebol, porém clubes como o Vasco da Gama, foram contra esse padrão imposto e aceitou jogadores negros, também com alimentação e dinheiro, mas ainda dentro de um padrão amador e não profissional, o que ficou conhecido como “amadorismo marrom”.

A prática do futebol masculino só se profissionalizaria em 1933, ano em que os presidentes do Fluminense, do Vasco da Gama, do Bangu e do América romperam com a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos e fundaram a Liga Carioca de Futebol (LCF), primeira entidade dirigente a aceitar oficialmente o profissionalismo no futebol brasileiro. Em fevereiro, os dirigentes se reuniram com a Associação Paulista de Esportes Atléticos para firmar um acordo pela profissionalização dos jogadores. Como a CBD reiterava seu caráter amador, o compromisso entre paulistas e cariocas criou a FBF (Federação Brasileira de Futebol) para abrigar os principais clubes profissionais, devido ao extenso embate entre as duas categorias, amador e profissional, a visibilidade conferida ao país e aos jogadores com os torneios internacionais possibilitou que muitos deles fossem contratados por clubes

---

<sup>6</sup>Fédération Internationale of Football Association (Federação Internacional das Associações de Futebol), fundada na França, em 21 de maio de 1904, por dirigentes de sete países como a Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Suécia e Suíça.

<sup>7</sup>FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: Capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*, Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2003.

<sup>8</sup>FRANZINI, Fábio. Op. Cit., p.38

estrangeiros, o que também contribuiu com a pressão pela profissionalização do esporte aqui no Brasil.

Para dar ênfase na relação entre futebol e identidade nacional, retomo um trecho citado por Franzini sobre a partida entre Brasil e Uruguai, no dia 29 de maio de 1919, com vitória do Brasil por 1x0, percebemos a grande repercussão que o jogo teve:

A despeito de seu forte sotaque britânico, o football unia o país e proporcionava a vívida manifestação popular do orgulho patriótico.[...]Os jornais da época evidenciavam as qualidades individuais dos jogadores, atribuindo aos brasileiros “um sistema novo de jogar o association[...]O inédito título continental transformara as chuteiras em expoentes de um traço nativo- no caso, a individualidade- que distinguiria e colocaria o Brasil em posição de superioridade diante de outras nações, ao menos dentro das quatro linhas. Demarcava-se assim um novo referencial para a identidade nacional, prosaico, porém perfeito tanto para a promoção da autoidentificação de uma coletividade quanto para a afirmação de suas diferenças em relação ao estrangeiro.<sup>9</sup>

Ao reforçar tal acontecimento, Fábio Franzini explica-nos que até então o “football brasileiro” era uma prática regionalizada principalmente nos eixos Rio-São Paulo e, portanto, não era vista como representação de uma integração hegemônica do futebol nacional, porém o novo modo de jogar e as habilidades dos jogadores evidenciadas nos jornais proporcionou um novo referencial para identidade nacional, por mais que os conflitos regionais e classistas continuassem existindo.

O futebol foi na década de 20 um forte elemento de afirmação da identidade nacional e regional. Antônio Prado Júnior, reconhecido por sua direção e atuação na promoção esportiva, elege o time de futebol do seu clube: Club Atletico Paulistano, quatro vezes campeão paulista, para representar o Brasil na Europa.<sup>10</sup> Assim, com o aumento da identificação coletiva com o futebol, os desejos da elite paulista de colocar imagens de progresso e de sucesso e afirmar o Brasil como país do futuro tornaram-se possíveis.

Denaldo Souza contribui para o debate apresentando algumas interpretações com relação ao futebol. De acordo com o autor, no meio acadêmico e social, a perspectiva mais difundida é a do “futebol como ópio do povo” ou como alienação. Sendo assim, o esporte seria utilizado pelos governantes ou pelas classes dominantes para afastar o povo de suas necessidades reais e problemas básicos.<sup>11</sup>

Com base nos estudos de Roberto Damatta, Souza mostra uma segunda noção na qual o futebol é um “espaço de conagraçamento”, ou seja, “uma máquina de socialização de pessoas,

<sup>9</sup>FRANZINI, Fábio. Op. Cit., p.16

<sup>10</sup>SCHPUN, Mônica Raisa. Op. Cit., p.71.

<sup>11</sup>SOUZA, Denaldo Alchorne de. Op. Cit., p. 21.



um sistema altamente complexo de comunicação de valores essenciais(...) e um domínio onde se tem a garantia da continuidade e da permanência cultural e ideológica enquanto grupo inclusivo”.<sup>12</sup>

Outra visão descrita pelo autor, aponta o futebol como espaço de conflitos, diferença, injustiça, quebra e dissolução<sup>13</sup> como defende Hélio Sussekind<sup>14</sup>.

Baseando-se na visão de Eric Hobsbawm a respeito da identidade nacional, a perspectiva defendida por Souza é do futebol como “instituição zero”, ou seja, como instrumento de significação e representação. “Portanto, o futebol, assim como a identidade nacional, é invenção e reinvenção de governantes e governados e dominados. É espaço de integração e espaço de conflito”.<sup>15</sup>

Hobsbawm ao estudar o nacionalismo pós-1918 afirma que:

O espaço entre as esferas privada e pública também foi preenchido pelos esportes. Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendidas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global.(...) a Copa do Mundo foi introduzida no meio futebolístico e, como demonstrou o ano de 1936, que os Jogos Olímpicos se transformaram indubitavelmente em ocasiões competitivas de autoafirmação nacional. **O que fez do esporte um meio único, em eficácia para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens,** foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam identificar como a nação simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação.<sup>16</sup>

Ao analisar este trecho podemos perceber como a prática do futebol “simbolizando Estados-nações”, no caso a Copa do Mundo, no período pós-guerra tornou-se um modo de “autoafirmação nacional” no qual por meio do esporte fosse introjetado “sentimentos nacionalistas” porém esses eventos de competição são direcionados somente aos homens.

Até aqui explorei como se configurou a prática do futebol masculino no Brasil e como a identificação de grande parte da população, assim como a grande repercussão do esporte em outros países possibilitou que este se tornasse símbolo nacional.

<sup>12</sup>Apud: SOUZA, Denaldo Alchorne de. *Brasil entra em campo Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*, São Paulo: Annablume, 2008.p. 21.

<sup>13</sup>Outro grande crítico da prática do esporte foi o escritor Lima Barreto, que enxergava o futebol como elemento de desintegração social e degeneração cultural, tal visão o fez fundar a “Liga Brasileira Contra o Football”.

<sup>14</sup>SOUZA, Denaldo Alchorne de. *Ibid.*, p. 21

<sup>15</sup> SOUZA, Denaldo Alchorne de. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>16</sup>HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p, 196, 197. (grifo nosso).

Entretanto, o objetivo de mencionar o futebol masculino em nosso país, e alguns conflitos até a profissionalização é para evidenciar essa consolidação e a interferência das instituições esportivas e clubes na configuração e formação das equipes de jogadores. Pois é justamente neste “campo das práticas esportivas”, que ocorrem disputas simbólicas pela definição do “corpo legítimo” que no caso é o masculino, ao passo que às mulheres que praticam futebol nesse contexto, são ilegítimas nesse meio esportivo. Para Pierre Bourdieu:

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte -prática contra esporte -espetáculo, esporte distintivo -de elite- e esporte popular -de massa- etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo [...] A autonomia relativa do campo das práticas corporais que necessariamente implica na dependência relativa, no desenvolvimento dentro do campo [...] depende, em grande parte, do estado das relações de força entre as frações da classe dominante e entre as classes sociais no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e dos usos legítimos do corpo.<sup>17</sup>

Osmar Moreira da Souza Júnior, ao estudar o futebol feminino, aponta as primeiras aproximações das mulheres com o futebol na condição de torcedoras e praticantes. Segundo ele, com o advento da Primeira Guerra Mundial as mulheres passaram a ocupar cargos que antes eram majoritariamente masculinos, como o trabalho nas fábricas de munição, porém ressalta que as mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho, não só como uma conquista pela emancipação feminina, mas também pelo interesse e demanda da lógica capitalista.

Ao citar Newsham, este autor revela que durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) de norte a sul da Inglaterra, surgiram equipes de futebol compostas por moças, com o objetivo de arrecadar fundos para causas relacionadas à caridade. Como exemplo, cita na região norte do país, o Dick, Kerr Ladies (DKL) nome que fazia alusão a uma empresa de engenharia, que em 1915, tornou-se uma indústria armamentista e se consolidou por representar a equipe de futebol de senhoritas, que influenciou outras fábricas a também formarem equipes de senhoritas para disputa. As moças operárias utilizavam os intervalos do trabalho para jogarem futebol, o que ocorria semelhantemente aos homens operários.

Ainda com base nos escritos de Newsham<sup>18</sup>, Souza Júnior aponta que:

[...] durante a guerra, com a entrada maciça das mulheres na indústria de armamentos, o governo inglês adotou uma política de incentivo à prática de esportes

<sup>17</sup>BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p.143.

<sup>18</sup> Ver mais em: NEWSHAM, Gail J. *In a league of their own!* The Dick, Kerr Ladies Football Team. Londres: Scarlet Press, 1997. Disponível em: <<http://www.dickkerrladies.com/index.htm>>. Acesso em: 12/07/2016.

para essas mulheres, tendo em vista o bem-estar físico e o fomento ao trabalho em equipes. Entre as modalidades esportivas, o futebol foi o que angariou o maior interesse das mulheres, fazendo com que quase todas as fábricas do Reino Unido, envolvidas na produção voltada para a guerra, formassem suas equipes de futebol de mulheres<sup>19</sup>

Com o passar do tempo houve um grande aumento no número de equipes e de público que assistia aos jogos, porém, surgiram também aqueles que se opunham ao jogos de futebol praticados por mulheres:

[...]apesar do sucesso estrondoso dos jogos de futebol das mulheres, sempre houve algum tipo de resistência em relação a essa nova onda de participação das mulheres na esfera esportiva. A máxima de que o corpo feminino não coadunava com a prática do futebol desde cedo mobilizou uma boa parcela da população, trazendo à tona os já conhecidos argumentos relacionados aos prejuízos para a saúde e à transgressão dos papéis sociais<sup>20</sup>.

E a FA- Football Association interfere nesse sentido criando obstáculos para os jogos. Como Júnior aponta ainda sob referência de Newsham:

A oposição e a hostilidade em relação à prática do futebol pelas mulheres sempre esteve presente. Newsham, acredita que no cerne de toda oposição ao fato de as mulheres jogarem futebol residia na força que essa prática adquiria, desviando cada vez mais a atenção e o público antes focados nos jogos dos homens. A despeito de os jogos das mulheres voltarem-se para a caridade, o fato era que elas estavam atraindo muito mais espectadores que os homens; e eles não estavam nada contentes com isso. Para legitimar essa insatisfação, buscou-se juntar opiniões de profissionais ligados à área de saúde, que alardeavam os riscos que a prática do futebol acarretaria às mulheres, como os comprometimentos em relação à sua fertilidade.<sup>21</sup>

Posteriormente, a FA proibiu que os clubes ligados a entidade dispusessem o campo para as mulheres jogarem futebol sob o discurso de que elas utilizavam uma parte da verba com despesas e não somente para caridade, além de ressaltar, que a prática é inadequada para o sexo feminino e que não deveria ser encorajada. Em defesa, o dirigente da DKL Alfred Frankland, informou que as jogadoras em nenhum momento eram pagas para jogar, e os gastos eram apenas com despesas das viagens e sobre a atividade ser inadequada, o mesmo informou que não caberia a FA definir. Ou seja, a prática era permitida até o momento que não incomodava os planos da entidade e o padrão instituído como prática ligada somente aos homens, às mulheres caberia apenas a possibilidade de realizar os jogos beneficentes, ligados à caridade e sem remuneração, o que às afastava de um reconhecimento enquanto esportistas.

<sup>19</sup>SOUZA Júnior, Osmar Moreira de. *Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade*. Tese de doutorado pela Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas. 2013. p.58

<sup>20</sup>SOUZA Júnior, Osmar Moreira de. Op. Cit. p.64

<sup>21</sup>Ibid., p.71- 72.

Entretanto, mesmo com esse duro golpe da proibição do uso do campo, e conseqüentemente o desmanche de vários times, jogadoras do DKL naquele momento contavam com o seu próprio campo, terreno que havia sido comprado pela “Dick, Kerr & Co. Ltd”- espaço que ficou conhecido como Lively Polly Corner, o que fez com continuassem praticando o esporte e disputando.

No dia 26 de dezembro de 1921, o DKL fazia sua estreia no Lively Polly em um jogo contra o Fleetwood Ladies, para o qual foram convidados profissionais de medicina para testemunhar essa partida que seria disputada em prol das crianças pobres locais. Em virtude da polêmica gerada pela decisão da FA, cerca de 20 profissionais de medicina estiveram presentes no jogo, que reuniu uma plateia de aproximadamente três mil pessoas, com outra vitória do DKL por 3 a 0. [...]O repórter do *Lancashire Daily Post* que cobria a partida questionou os médicos a respeito de suas opiniões em relação à segurança dos jogos praticados por mulheres e nenhum deles teceu qualquer crítica adversa, sendo que a opinião geral era de que o futebol não era mais prejudicial à mulher do que outros esportes, como o tênis ou o hóquei.<sup>22</sup>

Este exemplo evidencia que também no meio internacional as mulheres tiveram que conquistar um espaço no “campo esportivo” ligado ao futebol. Os padrões normativos reforçaram as diferenças biológicas e por meio da Ciência Médica valiam-se apenas os discursos contrários à prática do futebol feminino.

No Brasil, Eriberto Moura, ao analisar alguns periódicos da época, constata que em 1913<sup>23</sup>, os jornais “Correio Paulistano”, “Diário Popular” e “A Gazeta” afirmavam que haveria uma disputa entre senhoritas da elite e rapazes do Sport Club Americano, em benefício do Hospital das crianças da Cruz Vermelha. Entretanto, os conteúdos veiculados evidenciavam o fato de que o jogo ocorreria para gerar fundos a uma causa beneficente. Como exemplo citamos o jornal O Commercio de São Paulo, publicado no dia 27, domingo:

FOOT-BALL. Match interessante- Senhoritas versus Rapazes- em benefício da Cruz Vermelha. Pela primeira vez será disputado nesta capital, e talvez nunca o tenha sido em parte alguma, um interessante match de foot-ball no qual tomarão parte: de um lado um team de rapazes e de outro lado (aqui é que está a novidade...) um team de senhoras. Nada mais seria necessário acrescentar, se não acreditássemos com segurança que muitos, sinão todos, que nos lerem, não nos darão credito.- ora, dirão, senhoritas jogando foot-ball, entre as charges violentas e as corridas rápidas, os pous e tantas 'cositas más' que muito 'pomer' não escora...Não, não pôde ser; o feminino é planta que não floresce num campo bem adubado quanto mais num 'ground' duo, amassado pelos '44 bico largo' dos foot-balers...Não...é blague...- Não é tal, obtemperaremos: no match a que nos referimos, que se realizará hoje no Velódromo Paulista, tomará parte um team composto 'exclusivamente' de senhoras

<sup>22</sup> Ibid., p.74.

<sup>23</sup> Esta data foi considerada a primeira que se tem registro de uma partida de futebol com mulheres, no Brasil. Entretanto somente em 1921 é que ocorre de fato um jogo composto por quadros de senhoritas, como veremos adiante.

em carne e osso (...) Para maior recomendação da festa sportiva que se realizará hoje no Velódromo, si não bastasse o facto de ser ella verdadeiramente uma 'premiere' para todos nós, está em que o seu producto reverterá em beneficio dos cofres da Cruz Vermelha (...) O fim caridoso que tem o torneio sportivo que hoje assistiremos (...) Será bastante para levar ás suas archibancadas suma selecta e numerosa (...).<sup>24</sup>

Todavia, no dia seguinte, os jornais divulgaram uma fotografia na qual os jovens rapazes do Sport Club Americano, estavam trajados com roupas de mulheres, de modo que as mulheres da elite não participaram do jogo, mas como menciona Eriberto Moura, foram fundamentais para que a disputa ocorresse, tendo em vista que a organização do evento para caridade foi por conta delas e demonstra a importância tida pelo futebol entre as elites no começo do século XX. Mas como vimos, no meio futebolístico as mulheres aristocratas ocupavam a posição de assistência aos jogos dos homens. A aceitação social em relação ao jogo acontecia por estar relacionada a caridade, função social esperada pela mulher na sociedade.

O primeiro “match”, ou seja, partida de futebol, entre mulheres que se tem registro foi entre as “Senhoritas Tremembenses” versus as “Senhoritas Cantareirenses”, na região de Tremembé, em São Paulo e foi noticiado no jornal “A Gazeta”, em 28 de junho de 1921, dois pontos se destacam: o motivo do evento não era de interesse beneficente, mas de comemoração a São Pedro e os quadros eram formados somente por mulheres.

Entre as mulheres da elite e as mulheres operárias havia diferenças a respeito do papel e função que eram esperados no meio social. Um ponto importante destacado por Eriberto Moura, evidencia a trajetória do movimento feminista e da organização de grupos de mulheres junto ao movimento operário, o grupo libertário, por exemplo, defendia pautas ligadas a diminuição da jornada de trabalho para 48 horas semanais, direito a licença-maternidade, não trabalharem no horário noturno, bem como as crianças, combatiam o militarismo e a Igreja, também defendiam as creches, entre outros. Entre as mulheres da elite os esforços eram direcionados para o sufrágio feminino. As mulheres operárias lutavam por uma emancipação plena da sociedade opressora e patriarcalista. Entretanto, a participação das mulheres no futebol, bem como outras práticas esportivas não era pauta entre o movimento feminista, nem entre as mulheres da elite, nem entre as mulheres operárias.

As práticas esportivas destinadas às mulheres a partir da década de 20, eram principalmente ginástica, dança clássica, pequenos passeios, corridas a pé e natação, modalidades de esportes que eram praticadas socialmente entre as elites e que a imprensa da

---

<sup>24</sup>MOURA, Eriberto José Lessa de. *As relações entre lazer, futebol e gênero*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas. Faculdade de Ed. Física. Dezembro de 2003.

época como: a revista “Sports”, revista “A Cigarra” e a revista do “Club Atletico Paulistano” que publicava diversos artigos direcionando as vantagens, desvantagens ou mesmo o esporte que homens e mulheres deveriam praticar. De acordo com a autora Schpun:

A divisão do esporte em atividades adequadas à condição feminina, como a ginástica e a dança, e aos atributos masculinos, como o futebol e o atletismo corrobora com os discursos sociais ao promover as diferenças de natureza existente entre homens e mulheres.<sup>25</sup>

Aqui já temos um indício de como essas revistas, que partem de um ponto de vista político conversador da época, direcionam as práticas esportivas por um aspecto biologizante e binário homem-mulher, e deste modo, colocam o futebol como prática masculina e estabelecem distâncias simbólicas às mulheres nesta modalidade.

Durante a Primeira República muitas crianças das camadas populares sofriam com as condições de miserabilidade, além do alto índice de mortalidade infantil, o que fez com que as mulheres da elite se engajassem em práticas assistenciais, com foco nas questões de saúde, isso porque ainda não havia projetos por parte do Estado Brasileiro que visassem o gerenciamento dos locais público e privado, as ações sobre infraestrutura, transporte, moradia e saúde eram escassas. Com isso, coube as elites instaurarem projetos de reforma e organização do espaço social, e as senhoras da elite cuidavam das questões de saúde popular através de práticas assistencialistas, beneficentes, que tinha como base um processo de higienização que ocorria em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, com o apoio do Governo Federal, que buscava a manutenção da ordem, através de normas que objetivassem uma vida saudável.

O movimento Higienista impunha um modelo de mulher higienizada, mãe asséptica, que devia ter cuidados extremos não só com o corpo, mas também com o cuidado dos filhos e filhas. A preocupação posta em questão relacionava-se a “degeneração da raça” e a prática da puericultura, ou seja, normas que direcionavam a melhor forma de cuidado com as crianças assegurando sua saúde.

Como pudemos ver o início dos anos 20 trouxeram não só modernização e industrialização nas grandes cidades, como também uma segregação espacial, direcionada por uma nova ordem urbana, entre a elite e a camada popular que vivia em cortiços, moradias insalubres, não tinha acesso à saúde, transporte e educação.

Sendo assim, segundo Moura:

---

<sup>25</sup>SCHPUN, Mônica Raisa. Op. Cit., p.45

Nada poderia impedir tais transformações. O desenvolvimento da cidade, da nação, dependia de indivíduos que estivessem ajustados aos preceitos de tal gerenciamento. E para tanto, era necessário investir num aspecto que os higienistas já defendiam, ou seja, o melhoramento das condições de vida das camadas populares, pois estes não poderiam continuar naquele estado de inércia, insalubridade e pauperização. Defender uma urbanização “sadia” era a base para se obter uma nação formada por uma raça forte e desbravadora. Os métodos de “asepsia” para o controle social, utilizados na primeira década só século XX, não se enquadravam mais nesse cotidiano urbano. Precisava-se de novas fórmulas, métodos e técnicas para isso, sendo a eugenia o remédio que iria determinar uma nova concepção corporal, baseada na “cientificidade” e que pregava a educação no lugar da coerção.<sup>26</sup>

Os debates sobre eugenia estavam sendo conduzidos no Brasil desde o século XIX e foi ressaltado por Fernando Azevedo, com análises sobre a beleza física dos corpos e a prática de esportes para um aprimoramento racial e fortalecimento do corpo. Conceito de “mente sã, corpo são” que tempos depois foi apropriado pelos governos autoritários, dos anos 30 e 40, aliando ginástica e Educação Física com um caráter militar.

Para Moura, a transformação social ocorrida após a primeira década do século XX, exigia novos métodos e técnicas em que a Eugenia, pautada pelo discurso científico, determinaria uma nova concepção corporal, que estaria ligada menos a uma coerção, como era com os ideais higienistas, e mais a educação. Segundo o autor, o movimento eugenista aumentou os propósitos da higiene. Porém, no que se refere ao corpo da mulher, tanto os higienistas quanto os eugenistas, enfatizavam a função de ser mãe, o que contribuía com a formação de um “novo homem brasileiro”, para quem também havia um projeto de Nação, tendo em vista que os papéis sociais são caracterizados por gênero, o que configura formas de masculinidade e feminilidade. Deste modo, os eugenistas preocupavam-se não só com o controle de doenças e asepsia, mas também com as práticas corporais, nas quais seria possível obter uma “regeneração física”, que no caso da mulher brasileira formaria uma geração sadia.

Veremos no capítulo seguinte, como o Estado Novo pautado por uma ordem conversadora e autoritária manteve padrões normalizadores baseados em valores morais biologizantes e binários (homem-mulher) por meio de uma divisão sexual dos papéis sociais, associado a Ciência Médica e aos discursos Eugenistas para proibição de práticas esportivas que não eram permitidas as mulheres pela imagem de futuras mães de uma raça forte.

---

<sup>26</sup> MOURA, Eriberto José Lessa de. Op. Cit., p.23.

## CAPÍTULO II

### **O GOVERNO VARGUISTA E A REAFIRMAÇÃO DA ORDEM PAUTADA NOS PAPEIS SOCIAIS ENTRE OS HOMENS E AS MULHERES.**

Durante a década de 1930 e mesmo anteriormente como foi demonstrado, houve uma grande preocupação em pensar a realidade brasileira e a construção de uma identidade nacional. É justamente nesse período que o país esteve sob o governo de Getúlio Dornelles Vargas em caráter provisório de 1930 até 1934, ano que foi proclamada a Constituição que legalizou sua permanência no poder. Ao longo desse período houve uma crescente tendência ao autoritarismo político, quando em novembro de 1937 inicia-se o Estado Novo, que durou até o ano de 1945.

Durante sua permanência no poder houve grande mudança social, política e cultural no país, pois se intensificaram as atividades industriais, acelerou-se o ritmo no processo de urbanização, o Estado foi aparelhado pela burocratização e concentração de poder, de modo que o desenvolvimento do capitalismo industrial no país criou mecanismos de controle e dominação da classe operária.

Dentre as interpretações sobre este período temos a concepção de que as elites agrárias de diversas regiões do país, e alguns grupos emergentes que defendiam os interesses industriais, vinham contestando o domínio político da oligarquia agrária cafeeira, por se sentirem desfavorecidos por uma política que defendia uma economia interessada na exportação de café. Para disputar as eleições de 1930, foi formada a Aliança Liberal, composta por dissidências oligárquicas regionais, tendo à frente Minas e Rio Grande do Sul, os tenentistas e uma cisão dos cafeicultores paulistas. Derrotados na votação, os integrantes da Aliança Nacional apoiaram o movimento que levou Getúlio ao poder. A vitória do movimento de 30 nesse sentido, representaria uma revolução por romper com a dominação oligárquica da burguesia cafeeira.

Outra linha de pensamento leva em consideração as classes operárias como força ativa nesse jogo político que acontecia. O que se demonstra através de diversas greves ocorridas nas décadas de 10 e 20, e na participação de associações sindicais operárias nos movimentos de defesa dos trabalhadores. O movimento operário era composto por diferentes grupos como anarquistas, socialistas, comunistas e grupos cristãos independentes, que reivindicavam melhoria das condições de trabalho, no que se refere aos salários, jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e de crianças. Tais questões tinham pretensões



revolucionárias que buscavam findar o capitalismo e dar início a uma outra sociedade.<sup>27</sup>

As abordagens citadas acima, nos permite analisar as interpretações referentes ao contexto histórico por meio de posicionamentos diferentes, estes não são os únicos, mas possibilitam ampliar a compreensão do jogo político do período.

Sônia Bercito, menciona que mesmo com a corrupção eleitoral comum na República Velha, Júlio Prestes havia sido apresentado como sucessor de Washington Luís. O assassinato de João Pessoa, na Paraíba, candidato a vice pela Aliança Liberal, desencadeou uma revolta, em 3 de outubro de 1930, começou o movimento armado. Um mês depois Getúlio Vargas assume como novo presidente. Em 9 de julho de 1932, inicia-se o movimento armado conhecido como Revolução Constitucionalista, cuja principal pauta era a promulgação de uma nova Constituição no país. Composto pelo Partido Democrático e Republicano Paulista. São Paulo, mesmo com o apoio de setores de estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estava sozinho, contra os interesses do governo central, que buscava a centralização do poder com o fortalecimento do Estado nacional, ao passo, que São Paulo, apoiava a autonomia dos estados para favorecer seus interesses econômicos. Os líderes do movimento armado embora defendessem interesses das classes dominantes, colocavam-se como pertencentes ao conjunto da população e propagavam defender a ordem e a legalidade. O movimento foi derrotado, mas colocou em cheque a legitimidade do governo central. Em 1934, foi promulgada a Constituição, formulada através de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nos primeiros anos do governo Vargas, a conjuntura de crise econômica, ocorrido a partir de 1929, e as greves que continuavam a ocorrer, paulatinamente fez com que a radicalização política se formassem de ambos os lados, tanto pela Ação Integralista Brasileira, (AIB) grupamento inspirado no fascismo europeu, que sob o comando de Plínio Salgado, defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo, quanto pelo Regime Comunista.

Em janeiro de 1935 formou-se a Aliança Nacional Libertadora, composta pelo Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922, em que socialistas e antifascistas tinham o objetivo de depor o presidente Vargas, a ANL foi colocada na ilegalidade, mas continuou a se articular, sob a liderança do PCB, organizaram-se levantes em Recife, Natal, Rio de Janeiro: a Intentona Comunista. A repressão foi muito grande, a Lei de Segurança Nacional que a pouco havia sido promulgada foi aplicada, e tanto os integrantes da Aliança quanto os setores da esquerda em sua maioria foram presos ou deportados.

Apoiado por uma forte propaganda de ameaça a estabilidade social, Vargas iniciou a

---

<sup>27</sup>BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: Da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. 6ª Ed. Atual, São Paulo, 1990.

condução para um regime fortemente autoritário, que foi acelerado pelo “Plano Cohen”, e apoiado pelo grupo institucional das forças armadas, por intelectuais e no início pelos integralistas. Getúlio Vargas suspendeu a Constituição, eliminou os partidos políticos e conduziu o golpe que deu início ao Estado Novo.

A partir disso, com a concentração de poder nas mãos do Estado, ações diretas intervíram na economia, educação, saúde, trabalho, comunicação e esportes, com a criação de diversos órgãos para esses setores, baseados na burocratização, entre eles os órgãos esportivos.

Mediante as tensões políticas, econômicas, e sociais que aconteciam no país, o discurso político de Vargas afirmava que somente um Estado forte e centralizado poderia promover uma reorganização da sociedade, para assim, superar o atraso do país e garantir o desenvolvimento nacional capitalista. Com isso, o “Estado Nacional” fazia crer que estava defendendo os “interesses gerais da nação”, com essa ideia de uma possível homogeneidade nacional, calcado no patriotismo, civismo e nacionalismo, ocultava-se os interesses divergentes, as desigualdades e a repressão<sup>28</sup>.

O projeto político de Vargas impunha a construção de uma identidade nacional brasileira, que marcaria as especificidades do Brasil, entre elas, o modo de jogar futebol.

O “princípio de nacionalidade”, enraizado e portanto, naturalizado no meio social, instituiu o conceito de nação a partir dos elementos, Povo - Estado - Território. Eric Hobsbawm, entende as nações como fenômenos modernos, a partir das revoluções burguesas, que estabelecem relação entre Nação e Estado. Para este autor, as nações têm peso do Estado e das elites culturais, que constroem o que será homogeneizado culturalmente, ou seja, a ideia de Nação, e isso é feito por exemplo, por meio de hinos, símbolos e escolas, através da lógica de “autodeterminação nacional” e de um capitalismo nacional.<sup>29</sup> Nos períodos de governos autoritários estes elementos nacionais são exaltados como marcadores culturais e sociais.

O Estado varguista reforçou esse conceito de “Nação”, como aponta Hobsbawm, por meio de uma organização nacional, tendo a educação nacional, como pólo de integração, além dos veículos midiáticos como o rádio, para disseminação dos ideais nacionalistas, segundo os padrões normativos. Portanto, com o início do Estado Novo, ampliaram-se as intervenções sobre o corpo não só do homem brasileiro, mas também da mulher brasileira. O então criado Ministério da Educação e Saúde, foi a instituição que mais interveio sobre os corpos.

---

<sup>28</sup>Ibid. p. 10.

<sup>29</sup>HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013

## **III. O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE: EDUCAÇÃO FÍSICA E EUGENIA NO ESTADO NOVO.**

Neste percurso, algumas ideias levaram a uma nova cultura corporal no Brasil, a educação física, e a junção entre esporte e civismo. Entretanto, nos períodos anteriores à década de 1930, existiam diferentes meios de comunicação, como: jornais com seções esportivas, folhetins, e o rádio criado em 1922, porém, não havia uma política pública orientada para questão do corpo e das práticas corporais, por mais que houvessem diversos debates.

Por um lado, haviam médicos higienistas, pedagogos e militares que enxergavam o esporte pautado por uma moral, sendo assim, o aprimoramento físico estava relacionado a “melhoria” do tipo racial, e a consciência cívica. Entre os militares, o esporte e a educação física eram vistos como preparação para guerra, os jogos atléticos ao lidar com conflitos, estratégias, cooperação e força tornariam não só fisicamente, mas também intelectualmente, o soldado apto para defender a nação. Até 1920, o regulamento militar de origem alemã era predominante nos quartéis, mas em abril, de 1921 foi decretado o “Regulamento de Instrução Física Militar” baseado no método francês, o que mudou também a concepção doutrinária. Em 1929, sob caráter experimental, foi criado o Curso Provisório de Educação Física e em 1930, o Centro Militar de Educação Física, que em 1933 passou a chamar-se Escola de Educação Física do Exército e formou os primeiros especialistas nesta área.<sup>30</sup>

Já entre os médicos higienistas e pedagogos, nas primeiras décadas do XX, foram feitas diversas mobilizações. Na área da Educação, temos como exemplo a Escola Nova, que propunha reformas nas práticas pedagógicas. No que se refere ao tema da higiene, muitos deles defendiam que a escola deveria ser um local que proporcionasse a compreensão de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo. Tal proposta era claramente influenciada pelo pensamento médico higienista, no qual a Sociedade Brasileira de Higiene, no decorrer dos anos 20 oferecia a concepção de uma escola como espaço de divulgação de um modelo de boa educação higiênica.

Tanto os médicos quanto os pedagogos, pautados nesta ideia de uma possível civilização da prática escolar, tiveram na educação física um ponto de ligação nos seus interesses por uma regeneração da “raça”, no qual a Ciência proporcionava um campo educativo que interligava-se nas áreas como: sociologia, pedagogia, ciências médicas, entre outros. Com esta configuração, formaram-se os primeiros técnicos da Divisão de Educação Física do Ministério

---

<sup>30</sup>PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2009.

de Educação e Saúde, sendo assim, os debates da época que tinham como pauta a configuração do homem nacional e da mulher nacional, foram direcionados para o campo da prática esportiva e da educação física.

Os técnicos do Ministério da Educação e Saúde criaram uma rede de instituições civis que permitissem a atuação do Estado. sem que houvesse uma militarização da sociedade, pois mesmo tendo a influência de diversos militares na formação do grupo, o objetivo não era fazer uma extensão da Escola de Educação Física do Exército.

No dia 13 de janeiro de 1937, foi instituída a Lei nº378 que criou a Divisão de Educação Física (DEF), nomeado em maio daquele ano, Major João Barbosa Leite, tinha entre outros objetivos, a publicização e difusão da educação física, não somente a prática, mas também a capacitação de pessoas especializadas: “Art. 10. O Departamento Nacional de Educação compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das oito seguintes divisões, cada uma a cargo de um director de comprovada competência.”<sup>31</sup>

- a) Divisão de ensino Primario;
- b) Divisão de Ensino Industrial;
- c) Divisão de Ensino Commercial;
- d) Divisão de Ensino Domestico;
- e) Divisão de Ensino Secundario;
- f) Divisão de Ensino Superior;
- g) Divisão de Educação Extraescolar;
- h) Divisão de Educação Physica.

Como resultado dessas ações, ao longo do tempo, houve a publicação do Boletim de Educação Física, e em 1944, a Revista Brasileira de Educação Física.

No ano de 1938, a Divisão de Educação Física, seguindo seis projetos de intervenção, passou a agir como uma instituição doutrinária, definindo e garantindo o cumprimento de políticas públicas desta área, portanto de 1937 a 1945, foram propostas constantes reformas na legislação de educação física, com a finalidade de transformar em lei os projetos, além de formar quadros de médicos, técnicos, professores e fiscalizar perante as escolas e o magistério, as normas e diretrizes.

Em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, que cumpria o modelo de projeto nacionalista do Estado Novo, no qual o principal objetivo era a criação de um método nacional para educação física que se adequasse ao povo

---

<sup>31</sup>Lei nº378 criada em Janeiro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 11 out. 2016.

brasileiro, distanciando-se assim dos modelos estrangeiros. Portanto, construía-se com isso a reafirmação dos valores nacionais e do “povo brasileiro”, como sujeito moral e físico.

Conforme aponta Maurício Parada<sup>32</sup>, a sociologia ocupou uma das bases no “Método Nacional”, a partir da interpretação Durkheimiana do conceito de educação, no qual tinham por objetivo suscitar e desenvolver na criança, condições físicas, intelectuais e morais para adequá-la a sociedade. Sendo assim Durkheim possibilitou uma leitura da educação física como disciplina “adaptadora” do indivíduo no meio social.<sup>33</sup> Tanto, que a finalidade do método nacional de educação física nas escolas secundárias emitido pela DEF foi:

A finalidade da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário deverá ser proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico de seu valor e das suas responsabilidades, e preparar a mulher para a sua missão no lar, dando-lhe ainda a possibilidade de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino; tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para economia e a defesa da nação.<sup>34</sup>

Portanto, percebemos que o esporte e a educação física, durante o Estado Novo, estavam diretamente relacionados com a formação cívica dos indivíduos, os interesses políticos, morais e econômicos. E como menciona Parada, o Ministério da Educação e Saúde estava ligado a três grandes eixos: pedagógico, sanitário e a defesa nacional<sup>35</sup>. Além disso, havia um disciplinamento do corpo, em que as atividades sociais eram direcionadas de modo sexista, bem como, os atributos de força e ação que estavam diretamente relacionados aos homens.

O esporte, neste ponto de partida, era visto como elemento que proporcionava não só uma nação saudável, mais também corpos fortes para o trabalho, com isso, o ideal eugênico também serviu de apoio para as concepções nacionalistas do Estado Novo. E sob o ponto de vista militarista, a prática dos esportes e portanto a preparação física do corpo desde a infância, proporcionaria aptidões físicas, morais e intelectuais. O jovem aluno tendo proximidade com os exercícios praticados nas classes de educação: como corrida, saltos e marchas que incentivavam a ordem e disciplina, não faria revoltas ou motins e poderia ser utilizado por fins militares na defesa da nação.

<sup>32</sup>PARADA, Maurício. Op. Cit., p. 174-175.

<sup>33</sup>Fernando de Azevedo, foi um dos principais intelectuais que introduziram a teoria Durkheimiana no Brasil. Ele foi não só educador, mas também ensaísta e sociólogo.

<sup>34</sup>Apud: MARINHO, Inezil Penna. Revista Brasileira de Educação Física. Ano I, n.2. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, fevereiro de 1944, p.32

<sup>35</sup>MARINHO, Inezil Penna. Op. cit. p.179

O grande incentivo à prática de esportes, tanto para os homens, quanto para as mulheres, tinha como pilares os princípios de força e beleza, respectivamente, desta forma, concepções de masculinidade e feminilidade que reafirmam as representações de gênero tradicionais. Entretanto, Goellner destaca um ponto importante: “as recomendações em favor da realização de atividades físicas e esportivas visando aprimorar o corpo feminino não são direcionadas para as mulheres brasileiras em geral, mas para um grupo específico: as mulheres brancas”<sup>36</sup>. E o incentivo às atividades físicas passava também por certos cuidados para que não ultrapassassem os limites compatíveis com a “natureza feminina”, ou seja, para que o fortalecimento muscular não fosse excessivo evitando assim, a “masculinização” dos corpos das mulheres.

Ainda a respeito do corpo das mulheres, um fator importante se relaciona a maternidade justificada no período como, uma dádiva natural e sublime atribuída à mulher, segundo Goellner, nada era mencionado nas publicações da época a respeito de uma paternidade sadia, além disso, os discursos ao evidenciarem o corpo branco acabaram por invisibilizar o corpo negro.

Deste modo, a autora nos mostra que durante a passagem do século XIX para o XX houve um enfoque no corpo feminino, visando uma maternidade saudável. Esse debate associou-se ao discurso nacionalista eugenista que atribuía às mulheres brancas a função de fortalecer a Nação através da regeneração física, moral e racial, estabelecendo os cuidados com a saúde e a beleza para construção de um “Corpo-Nação”.

A “Revista Educação Física”, é um exemplo midiático que teve grande circulação mensal, durante o período de 1937 até 1945, foi um importante meio de veiculação das informações sobre atividades físicas, com reportagens e artigos estrangeiros que atribuíam um caráter editorial científico, tal material estava em consonância com o projeto político do Estado Novo<sup>37</sup> e suas publicações eram direcionadas às mulheres brancas, de classe média, ou elite.

Com isto, podemos perceber, que embora o incentivo feito às mulheres para prática de esportes seja progressista, no sentido de garantir visibilidade nos locais públicos, os discursos produzidos e direcionados a elas passam por uma questão de classe, raça (etnia) e é carregado de um conservadorismo, que afirma uma representação hegemônica de feminilidade,

---

<sup>36</sup>GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: Esporte, Eugenia e Nacionalismo no Brasil no início do século XX”. Recorde. *Revista de História do Esporte*. v.1, nº1, junho de 2008. p.6.

<sup>37</sup>Hollanda Loyola que durante o Estado Novo foi encarregado técnico pela Educação Física no Ministério da Educação, foi também o principal como editor da Revista, de modo aliava nos escritos o discurso nacionalista e patriótico.

enxergando na figura da mulher branca a possibilidade de reestruturação social, que distancia dentro desse perfil nacionalista, as mulheres operárias, negras e de outras etnias tornando-as portanto invisibilizadas.

Durante a década de 1930, e, principalmente, ao longo da década de 1940, o futebol feminino foi noticiado, e sua prática colocada em debate entre jornalistas e médicos. Como vimos, às mulheres da elite eram direcionados certos tipos de exercícios e esportes como ginástica, dança, natação, caminhadas. Mas quais esportes praticavam as mulheres operárias, de classe baixa?

De acordo com Eriberto Moura, o esporte também estava presente nos eventos e “festivais” das associações operárias, como por exemplo, ciclismo, corrida de média e longa distância, sendo que o basquetebol e o futebol foram práticas incorporadas como “esporte feminino”, de modo que não se restringiria somente a eventos beneficentes. Ou seja, entre as associações operárias, tanto o futebol, quanto o basquetebol eram considerados esportes que as mulheres se quisessem poderiam praticar. As mulheres de classe baixa, também buscavam vivenciar o campo esportivo, que era dominado pelos homens, mas para isso era necessário (e ainda é) confrontar cotidianamente os padrões hegemônicos de feminilidade, desafiando comportamentos e desempenhos que são atribuídos as definições hegemônicas de masculinidade.

Hollanda Loyola, editor da Revista Brasileira de Educação Física, escreveu em 1940, um artigo que defendia a prática do futebol feminino na cidade do Rio de Janeiro, desde que feito com ressalvas e de acordo com as exigências racionais e científicas, como aponta no escrito de Moura, o artigo de Loyola afirmava:

Há cerca de uns três meses um grupo de moças dos mais conceituados **clubes esportivos dos subúrbios de nossa capital iniciou a prática do futebol feminino** entre nós[...] *teem* as nossas patricias disputado várias partidas entre vários clubes... A imprensa esportiva explorou-a habilmente através de um noticiário minucioso e de uma propaganda, intensa, aumentando o entusiasmo do público e o '*elan*' das jogadoras.

(...) A mulher pode praticar futebol... Fazemos, no entanto, sérias restrições à maneira pela qual nossas patricias o estão praticando nos subúrbios, absolutamente empírico, sem cuidados médios e sem princípios fisiológicos.<sup>38</sup>

Portanto, a prática do futebol feminino acontecia nos subúrbios e tinha aceitação no interior de clubes esportivos e, além disso, ocorriam disputas com mulheres de outros clubes e contava com a defesa do editor de uma revista, que estabelecia padrões de práticas corporais para as mulheres da elite. Deste modo, a distinção de esportes eram colocados para cada

<sup>38</sup>Apud: MOURA, Eriberto José Lessa. Op. Cit., p.30. **Grifo nosso.**

grupo, de acordo com a classe social. Claro, que a opinião expressa por Loyolla não era consenso na época, tanto que no mês de dezembro de 1940, foi publicado na mesma revista um artigo escrito pelo médico, Humberto Ballariny, condenando a prática do futebol feminino, nas palavras dele: “(...) Achamos ser o futebol, pela sua natural violência, um exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e caráter feminino”.<sup>39</sup> Com isso, podemos perceber que havia divergência entre a aceitação, ou não, do futebol feminino entre a Medicina Esportiva, mas tanto Loyolla, quanto Ballariny, visavam controlar tal prática.

Eriberto Moura para esclarecer tal fato explica nas palavras da autora, Bruhns:

(...) O futebol feminino demonstra outra trajetória (...) o grupo feminino sempre pertenceu às classes menos favorecidas, razão pela qual as atletas apresentarem comportamentos bastante parecidos com os de seus colegas homens, comportamentos repudiados pela elite, numa atitude de evitação, recebendo julgamentos como 'falta de classe', 'mau cheiro', 'povo grosseiro' e outras denominações atribuídas àquela camada da população.<sup>40</sup>

Os anos de 1940 foi marcado pelo crescimento do futebol feminino e sua divulgação nos veículos midiáticos, os jornais cariocas evidenciaram a Federação Suburbana de futebol, no Rio de Janeiro, entidade que tinha diversos clubes do futebol masculino e contribuía com a prática do futebol feminino, por meio da liberação dos campos de clubes filiados, além da participação nos eventos esportivos. Ao passo, que em São Paulo, havia grupos de mulheres que praticavam o esporte nas regiões de várzea, e nas periferias.

Com o grande crescimento da prática do esporte pelas mulheres, na década de 1940, o cidadão José Fuzeira, vendo as notícias que saíam sobre o futebol praticado por mulheres, escreveu ao presidente Getúlio Vargas uma carta, para:

solicitar a clarividente atenção de V. EX. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina no Brasil. E explicava: Refiro-me a, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe...

Ao que dizem os jornais, no Rio já estão formados nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães, que, além do mais ficaram presas de uma mentalidade depressiva e propensa a exibicionismos rudes e extravagantes; pois, desde que já se chegou à insensatez inqualificável de organizar-se pugnas de futebol com um grupo

<sup>39</sup>MOURA, Eriberto. Op. cit. p31.

<sup>40</sup>Idem



de cegos a correrem, às tontas, atrás de uma bola cintada de guizos, não será de admirar que o movimento feminino a que nos estamos reportando seja o ponto de partida para, no decorrer do tempo, as filhas de Eva se exibirem também em assaltos de luta livre e em justas da “nobre arte”, cuja nobreza consiste em dois contendores se esmurrarem até ficarem babando sangue .<sup>41</sup>

Esta carta ressalta o posicionamento de um cidadão, que mencionava em sua correspondência, não ter “credenciais de qualquer autoridade educacional ou científica”, mas enfatizava a relação biológica da mulher com o esporte, o que posteriormente recebeu aprovação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde e da Subdivisão de Medicina Especializada.

A concepção de Fuzeira revela um pouco de como era uma parte do pensamento social da época, pautado em aspectos biologizantes e na distinção de papéis entre homem e mulher na sociedade. Ao receber o parecer da Ciência Médica, que se valia de argumentos contrários a prática, o governo de Getúlio Vargas, mantinha a “ordem” e impedia uma certa subversão das ações e do espaço social colocado às mulheres. E a grande imprensa conservadora, logo tratou de veicular reiteradas críticas ao futebol feminino e enfatizar termos como “sexo frágil”, “passatempo impróprio”, desqualificando as mulheres e seu futebol.

Um ano antes, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>42</sup>, criado durante a gestão de Vargas, olhava para o futebol e para o esporte de modo geral, com objetivo de difundir as ideologias do Estado Novo nas camadas populares, por meio de eventos cívicos e patrióticos. Porém, o futebol, que como vimos, no início era visto também como um símbolo de identidade nacional, tratava-se apenas do futebol masculino. Sendo assim, o incentivo a prática também era reiteradamente direcionado aos homens, de modo que o uso deste esporte pelo Estado, enquanto representante de nacionalidade, ocultava o futebol feminino.

Não podemos perder de vista, que na década de 1940 havia uma intensa discussão entre o Governo de Getúlio Vargas e os clubes de futebol, federações, imprensa e medicina esportiva sobre a legalização e regulamentação dos esportes no Brasil. O então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, coordenou uma comissão que tinha, por fim, constituir uma legislação esportiva nacional, que organizasse, administrasse, fiscalizasse, e controlasse todo tipo de atividade física e esportiva do país, de modo que os clubes e as federações deveriam enviar

---

<sup>41</sup> Apud: FRANZINI, Fábio. “Futebol é coisa para macho?. Pequeno Esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. *Revista Brasileira de História*. n. 50, vol. 25. São Paulo. p. 316 – 328. Aprovado em: 10/2005.

<sup>42</sup>Para saber mais a respeito do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>  
Acesso: 01/09/2016.

seus pareceres e opiniões a essa comissão. Com a legislação criada, o Governo atribuiu normas e regulamentos para todas as áreas esportivas do país.

Como pudemos perceber até aqui a trajetória das mulheres e sua relação com o esporte, não acontece de modo linear, ou hegemônico. Assim, como as transformações sociais, políticas e econômicas, sua inserção na prática de esportes são dinâmicas e passam por intensos processos de disputa e legitimidade que tem por base a questão do corpo feminino, da raça e da classe social.

O futebol ao ser ressignificado pela população, distancia-se das elites, ao mesmo tempo que é parte de uma disputa de interesses que toma novos contornos, às mulheres que o praticam, confrontam os estigmas e arquétipos que são postos a elas pela mídia conservadora e moralista, confrontam o sentido eugênico de seus corpos pela Ciência Médica, bem como a ordem patriarcal e nacionalista, que propunha através de discursos e leis ressaltar quais esportes deveriam ou não ser praticados por elas.

Veremos no próximo capítulo, a reação de repressão por parte do Governo Vargas com a criação da lei de proibição a prática de “esportes incompatíveis a natureza” das mulheres.

“[...]em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.”<sup>43</sup>

Michel Foucault.

### **CAPÍTULO III LEI DE PROIBIÇÃO: FUTEBOL X NATUREZA FEMININA.**

#### **DÉCADA DE 1940: O DECRETO-LEI E A RESTRIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO.**

Logo no começo da década de 1940, dando sequência ao debate entre o Governo de Getúlio Vargas e os clubes de futebol, federações, imprensa e medicina esportiva sobre a legalização e regulamentação dos esportes no Brasil. O então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, coordenou uma comissão que tinha, por fim, constituir uma legislação esportiva nacional, que organizasse, administrasse, fiscalizasse, e controlasse todo tipo de atividade física e esportiva do país, de modo que os clubes e as federações deveriam enviar seus pareceres e opiniões a essa comissão. Com a legislação criada, o Governo atribuiu normas e regulamentos para todas as áreas esportivas do país.

Diante disto, em 14 de abril de 1941, o governo de Getúlio Vargas, por meio do Ministério da Educação, instituiu o Decreto- Lei nº 3.199, que em seu artigo 54 apontava:

[...] às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para esse efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar às necessárias instruções as entidades esportivas do país.<sup>44</sup>

O grande discurso médico científico, foi a base para tal Decreto- Lei, que por meio de uma visão funcionalista do corpo da “célula- mater” da nação, buscava não apenas controlar as cargas de cada exercício voltado para o corpo feminino, impedindo sua “masculinização”, mas também, esportes que não trouxessem danos físicos, ou seja, pudessem causar infertilidade. Sendo assim, as mulheres burguesas, praticavam esportes adequados e tidos como femininos, ao passo que as mulheres de classe baixa e operárias, distantes dos clubes elitistas e sem muitas opções esportivas acessíveis, ao praticarem futebol estavam em contradição aos padrões normativos de feminilidade e subvertendo a dominação instituída “Esporte Maior” que permitia a prática do futebol apenas pelos homens. Segundo Foucault:

<sup>43</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.p. 163.

<sup>44</sup> Brasil. Decreto-Lei 3.199 do ano de 1941. Proibição do esporte de acordo com a natureza feminina. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso: 11/06/2016.

“É verdade que é a sociedade que define, em função de seus interesses próprios, o que deve ser considerado como crime: este, portanto, não é natural.”<sup>45</sup>

Existem diversas teorias do Direito que pensam o aspecto jurídico institucional, neste caso específico, a proibição destinada as mulheres, podemos pensar: Por que foi instituída uma Lei em 1941, que as impedisse de praticar certos tipos de esportes, tidos como “incompatíveis as condições de sua natureza”?

Como vimos, o ministério de Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Desportos, tinham dentre outras funções a atribuição de normas e regulamentos para as atividades desportivas do país, mediante uma forma autoritária de Governo, em que há um normatismo binário. A questão referente a prática de esportes, separada entre homens e mulheres, impede a pluralidade de atividades, de modo não hegemônico, com isso, a Lei e o discurso médico atuam como “poder disciplinar” dos corpos e das ações no meio social e sua relação com a mídia enquanto “formadora de opinião” intensificam e constroem formas diferentes de discursos que legitimam, ou não, determinados tipos de esportes e que são construções sociais e históricas.

Ainda na década de 1940, um elemento importante ficou marcado no âmbito nacional, foram os chamados “Jogos da Primavera”, os quais uniam clubes e diversas instituições esportivas, em que todas as mulheres a partir dos 14 anos, sendo ou não atleta federada poderiam competir. O evento era amplamente divulgado pelo, O Jornal dos Sports, dirigido por Mário Filho<sup>46</sup>.

Cláudia Maria de Farias ao analisar “Os jogos femininos e a experiência liberal democrática no Brasil de 1946-1964”, nos mostra que a participação das mulheres nos “Jogos da Primavera” de 1949, estava envolto em relações de poder, de modo que para ela:

Sem dúvida, o anúncio dos “Jogos Femininos” não era desprezioso. Para além do interesse de Mario Filho em restabelecer antigas relações de poder num outro contexto, a criação dos Jogos representava a tentativa de contornar o recente dilema criado pela institucionalização do artigo 54, do Decreto lei 3.199. Neste sentido, como incentivar os desportos entre as mulheres, sem abalar a rígida fronteira interposta entre os sexos? Assim, a lógica simbólica que presidia a criação dos Jogos da Primavera apresentava o seguinte objetivo: seduzia e mobilizava as mulheres com a proposta de constituir um espaço destinado exclusivamente à prática esportiva feminina, apagando a memória das sanções existentes ao instituir um marco fundador neste campo.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p.123.

<sup>46</sup>Mário Filho, também foi o idealizador deste evento. E ainda hoje, é reconhecido por seus escritos a respeito do futebol masculino.

<sup>47</sup>FARIAS, Cláudia Maria de. “Os Jogos femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)”. *Anais do XXVI, Simpósio Nacional de História*. Jun, 2011. p.3.

Por mais que os “Jogos de Primavera” tentassem “apagar” a sanção existente, dentro do regulamento do evento, as modalidades estavam de acordo com a Lei instituída em 1941, para adequação a prática de esportes femininos estava baseada nos pressupostos eugênicos do Conselho Nacional de Desportos (CND), além disso, a organização dos jogos colocou um concurso da “Rainha dos Jogos da Primavera”, em que após o término dos Jogos fosse eleita a mulher praticante de desportos mais bela e graciosa. Outro ponto a ser destacado, o júri do concurso não era composto por pessoas ligadas ao esporte, mas sim, por professores da Escola de Belas Artes, um escultor, um cineasta e dois escritores. O que é de se estranhar, dado que a maior pontuação (70%) vinha de quesitos como plástica e traços fisionômicos, ao passo que, eficiência técnica e esportiva era bem menor (20%), conforme menciona Farias. Deste modo, podemos perceber claramente, que a importância do concurso era atribuir a participação das mulheres em eventos esportivos, e desta forma, reforçar padrões normativos de feminilidade com base nos ideais eugênicos, e de civismo, permeando simbolicamente valores morais e padrões de comportamento burgueses representados por mulheres louras, brancas e de olhos claros, que eram aquelas eleitas como “Rainha dos Jogos da Primavera”. A performance esportiva das atletas ficou para segundo plano, mas, mesmo assim, os “Jogos de Primavera” trouxeram visibilidade ainda que momentânea a diferentes atletas mulheres que se empenhavam na prática de diversas modalidades, que buscavam reconhecimento público e prestígio.

Com grande repercussão em 1949, conforme menciona Farias:

[...]ao mesmo tempo em que este evento esportivo mascarava a estrutura binária da sociedade brasileira e ocultava a violência simbólica da dominação masculina, ele proporcionava, de forma paradoxal, a incorporação das mulheres no espaço esportivo, sendo taticamente utilizado por elas como bem simbólico para deslocar e/ou subverter a ordem das relações de gênero, mesmo que temporariamente.<sup>48</sup>

Os “Jogos de Primavera” possibilitou que mulheres atletas pudessem competir entre si e aperfeiçoar suas capacidades técnicas, ainda que a vitória fosse destinada em acordo a certa normatividade feminina e a padrões sociais hierárquicos discriminatórios, muitas delas por exemplo, optaram por seguir como atletas, algumas se casaram e tiveram filhos (o que era amplamente reforçado socialmente durante o Estado Novo), outras não, mas tiveram contato com a prática do esporte e ampliaram sua participação no espaço público.

É importante notar, que ao seguir o Decreto-Lei citado anteriormente, os “Jogos da Primavera” desconsideravam esportes “inadequados” as mulheres, ou seja, o evento ao

---

<sup>48</sup>Ibid., p. 12.

reafirmar certas práticas esportivas e qualificar como belas e graciosas as vencedoras, por meio do concurso “Rainha dos Jogos da Primavera”, a partir dos ideais eugênicos, percebemos que mesmo ao fim do Governo autoritário de Vargas, as construções e interpretações a respeito do corpo feminino e sua adequação ao ambiente social persistiram nos governos seguintes nomeados liberais democráticos. E por mais, que estas tivessem maior participação no espaço público as hierarquizações de gênero, classe e étnico-raciais mantiveram-se naturalizadas fortemente no meio social reafirmando uma concepção hegemônica do que é *ser* mulher de acordo com os padrões de feminilidade.

### **III.1 DÉCADA DE 1960 E A PROIBIÇÃO DO FUTEBOL FEMININO EM CONSONÂNCIA COM A DITADURA MILITAR.**

O início da década de 1960 no Brasil é permeado por transformações políticas, econômicas e sociais. Em janeiro de 1961, encerra-se o mandato de Juscelino Kubitschek, o cargo é ocupado por Jânio Quadros, mas este renuncia o posto no mês de agosto do mesmo ano. Inicia-se então uma campanha pela legalidade, pela defesa da Constituição, pelos direitos civis e pela posse de João Goulart, popularmente conhecido como “Jango”, que no mês de setembro torna-se presidente durante o período de 1961 a 1964. Em 1964 ocorre o golpe Militar no Brasil.

Roberto Schwarz em seu texto: “Cultura e política, 1964-1969 Alguns esquemas”. Aponta os desafios de um país que quer se constituir como nação soberana tendo um passado colonial e que em relação ao jogo político e econômico mundial é tido como um país arcaico, subdesenvolvido e dependente. Com isso, ficam em pauta, a modernização como alvo necessário, a industrialização como meio para modernização, e a superação do passado agrário exportador. O autor menciona o golpe de 64, e diz que o governo de Goulart temia a luta de classes e recuou diante da guerra civil. Diante disso, o povo mobilizado mas sem armas, viu a troca de governos e sofreu com as repressões nas organizações estudantis, sindicatos e na zona rural. Entretanto, houve um crescimento da presença cultural de esquerda, o que segundo o Roberto Schwarz, caracteriza de 64 a 69 um “traço de cultural de anomalia”. Para esclarecer o momento político e social vivido, o autor trabalha com idas e vindas entre os anos de 1964 e 1968. Para ele, antes de 64 houve uma grande difusão do socialismo no Brasil que tinha como base o anti-imperialismo, mas não era forte no que se referia a propaganda e organização da luta de classes. Segundo o autor, a modernização pré 64, já era uma “modernização conservadora”.

O movimento feminista no Brasil, diferentemente da Europa, que teve um auge nos anos 60, como um movimento libertário que discute entre outras pautas a relação de poder entre homens e mulheres, com o Golpe Militar, e forte conservadorismo e autoritarismo, caminhava em nosso país a passos lentos, muitos grupos de esquerda foram postos na clandestinidade. As primeiras manifestações feministas no país ocorreram na década de 70. De acordo com Sarti:

[...]embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro dos anos de 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias.<sup>49</sup>

No que se refere ao futebol feminino, temos neste contexto de 1960, o futebol de vedetes que ocorria desde a segunda metade da década de 1950, caracterizado como partidas beneficentes, mas que gerava disputas entre os empresários que apoiavam as partidas de futebol feminino e o CND que utilizava-se da lei 3.199/41 para proibir a prática. É bom frisarmos, que até então, não havia na legislação nenhuma definição de quais esportes estavam proibidos, apenas mencionava, como vimos, uma incompatibilidade com a natureza feminina, mas a leitura social que se tinha, enquadrava o futebol neste quesito. Por outro lado, alguns empresários utilizavam a ideia de um evento ligado a caridade para arrecadar fundos e atrair público. De acordo com Silva:

[...]notadamente a realização das partidas era de interesse do empresariado, geralmente transformadas em shows através da presença de jogadoras vedetes; tinham marcadamente o caráter beneficente e se realizavam apesar das tentativas dos órgãos federais em impedi-las[...]. A atuação desses homens dá indícios que possivelmente, por terem notícias do crescimento da modalidade na Europa, inclusive tentando trazendo equipes estrangeiras para partidas no Brasil, eles acreditavam que o investimento na promoção das partidas de futebol feminino valia o risco financeiro e o transtorno de se indispor com o governo. Mesmo doando uma parte da renda para a caridade, alguma forma de ganho, se não financeiro, mas também da promoção de sua imagem, estes homens projetavam ao encabeçarem essas partidas.<sup>50</sup>

Deste modo, a autora frisa que a linguagem utilizada nos discursos enfatizam os termos “espetáculo” e “caridade”, como uma certa finalidade de burlar a legislação imposta, ressaltando que não se tratava de um jogo competitivo, mas sim, de um espetáculo ligado a

<sup>49</sup>SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, maio-agosto de 2004. p. 36.

<sup>50</sup>SILVA, Giovana Capucim. “Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: Entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)” Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p.13, 14. (sic)

esfera do lazer, sem comprometimento com o resultado. As vedetes eram atrizes do teatro de revista, e ao serem colocadas para jogar com o intuito de atrair o público heterossexual masculino, vemos que o foco estava na beleza de seus corpos e não no jogo em si, pois o pensamento dominante e o espaço de realização destes eventos, eram os estádios, ou seja, locais que em sua maioria eram representados por homens que assistiam aos jogos e torciam por seus times, e no caso do futebol feminino praticado pelas vedetes legitimava-se a ênfase de que se tratava de uma “área masculina reservada”<sup>51</sup> seja, pelo futebol masculino, ou neste caso, pelo desejo de assistir os corpos femininos, que eram objetificados dentro desse contexto. Ao deslocar a figura das mulheres enquanto jogadoras para o espaço do entretenimento, mais uma vez fica claro a exclusão que estas tinham de uma imagem ligada ao esporte nacional.

Entretanto, ao utilizar esse recurso para burlar a legislação desqualificando seu caráter de esporte e enquadrando-se na esfera do entretenimento, muitas outras partidas de futebol feminino puderam se concretizar. Para Silva:

[...]Pode-se dizer que as partidas de futebol feminino ocorriam sob o pretexto de serem eventos beneficentes e de entretenimento. Ao mesmo tempo, tornava-se visível que a qualificação dessas partidas fora do campo esportivo, em alguns casos, era uma maneira de ludibriar a proibição do CND, possibilitando a realização dos jogos entre equipes formadas por mulheres na categoria de atletas e não somente de vedetes.<sup>52</sup>

Já no fim da década de 1950 e início de 1960 alguns jornais paulistas, como: “Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, devido ao crescimento da modalidade no cenário internacional e nacional, veicularam algumas notícias sobre futebol feminino, mesmo com o discurso médico, e de alguns jornalistas, que na maior parte, também no âmbito internacional -continente europeu e América do Sul -garantiam e legitimavam a proibição da prática. É interessante notar que ao falar do futebol feminino estrangeiro, para situar o leitor, os jornais referem-se as nacionalidades de cada país, porém não o representando como um esporte nacional, mas sim como um espetáculo. Portanto, a prática se mantém longe do reconhecimento como uma modalidade parte da identidade nacional.

Entretanto, a autora ressalta que indiretamente nos jornais paulistas:

[...]Pelo que se pode notar, a maior resistência ao veto das autoridades esportivas brasileiras à prática do futebol feminino se encontrava justamente

<sup>51</sup> Conceito de Eric Dunning em conjunto a Norbert Elias, no livro: “A busca pela excitação” ao escrever sobre o esporte ligado a uma identidade e um comportamento masculino por meio da análise configuracional.

<sup>52</sup> SILVA, Giovana Capucim. Op. Cit., p.16



nos clubes que insistiam em manter quadros desta modalidade e esforçavam-se para ludibriar as autoridades e realizar jogos com outras equipes. Isso sem mencionar as próprias mulheres, cuja resistência do Estado, muitas vezes, era o menor obstáculo que elas encontravam para poder jogar futebol. Os olhares e comentários repressores recebidos das famílias, amigos e companheiro(a)s podiam pesar-lhes muito mais do que qualquer resolução de órgãos estatais.<sup>53</sup>

O trecho acima evidencia, como essa relação de poder, dominação masculina e controle moral dos corpos, ocorre além da esfera macro, política, estatal e escorre também pela esfera micro, familiar de modo, que assim como menciona, M. Foucault, o poder não fica centrado nas Instituições ou no Estado porque é dinâmico e perpassa todas essas instâncias. A Medicina, o Legislativo e a Imprensa interagem nessa relação com o “poder -saber” no qual o discurso, é tido como verdade, e portanto, legitima esse modo de organização social no qual os corpos são tidos como objetos.

Ao estudar algumas narrativas da imprensa paulista a respeito do futebol feminino no período de (1965-1983) Giovana C. Silva menciona que:

Por todo o período estudado, em geral, o futebol era essencializado como um esporte masculino e um espaço de afirmação de masculinidade. Mesmo nas vozes de mulheres, foram raras as vezes que este princípio foi posto em xeque ou, ao menos, relativizado. Por sua vez, em relação à naturalização do “feminino”, apesar da existência de uma normatização hegemônica do ideal de mulher que referenciava outras elaborações – para negar ou reafirmar -, têm-se um quadro mais plural no qual outras formas do ser mulher circulavam, geralmente, disseminadas pelas próprias.<sup>54</sup>

O futebol feminino neste contexto é enquadrado pelo Conselho Nacional de Desportos por meio da Deliberação nº 7 em 2 de agosto de 1965, no qual dizia o texto:

Baixar as instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres.

Nº1: às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o desporto na presente deliberação.

Nº2: Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball.<sup>55</sup>

Para Moura, “a proibição da prática do futebol feminino encaixava-se no processo de militarização médico-esportiva da Educação Física no Brasil”<sup>56</sup> E além disso, conforme aponta Giovana C. Silva, a proibição estava em acordo com o posicionamento da FIFA:

<sup>53</sup>Ibid., p. 21

<sup>54</sup>Ibid., p. 2

<sup>55</sup>Brasil, Deliberação nº 7 do ano de 1965, referente a proibição do esporte as mulheres. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/> Acesso: 28/10/2016.

<sup>56</sup>MOURA, Eriberto José Lessa. Op. Cit., p.53

[...]Conforme a leitura do regime autoritário, o conselho de “prudente reserva” da entidade internacional, cuja importância naquele momento era já bastante relevante - ainda que não fosse tão poderosa quanto hoje - soou como um sinal verde para o endurecimento com relação à proibição da prática do futebol por mulheres. Para além do crescimento da prática do futebol de mulheres, este pode ser entendido como um dos principais fatores que levaram o CND à publicação da deliberação N° 7.<sup>57</sup>

Porém, já próximo do fim da década de 1960, considera-se um desenvolvimento do futebol feminino no cenário internacional, com a criação de algumas ligas e federações, ao passo que no Brasil, mediante a ditadura militar, o esforço mantinha-se em combater tal prática valendo-se dos órgãos repressores do governo, de modo que não se restringia às instituições esportivas. Pois ainda segundo Silva:

[...]a década de 1960 terminava com o Brasil sob um governo centralizador, repressivo e autoritário, o que se refletia na forma de lidar com o descumprimento daquilo que era estabelecido também para o esporte, mas ainda assim, sem conseguir banir totalmente a prática do futebol por mulheres do país. Nesse sentido, o resultado foi a inserção efetiva das delegacias de polícia como responsáveis por coibir práticas de lazer proibidas pelas normas do país e o reforço e cobrança do governo federal para que agissem em represálias aos desvios da norma do CND de proibição do futebol feminino. No entanto, permanecia a resistência das mulheres que, de maneira consciente ou não, continuavam a praticar o futebol, a despeito da insistência das autoridades brasileiras em coibirem.

Esse tipo de discurso sobre a mulher no futebol, fundamentado e descrito como algo fora de lugar, vinha de longa data e continuava a ser difundido, mesmo com o aumento do número de praticantes e competições pelo mundo. Eram comuns manifestações que colocassem a mulher e o futebol como fatores que não se encaixariam, por mais que se forçasse, tal como peças erradas num mesmo quebra-cabeça.<sup>58</sup>

A proibição da prática como meio jurídico fez com que sua infração fosse considerada um crime. De acordo com Michel Foucault, a respeito do crime e suas consequências:

o prejuízo que o crime traz ao corpo social é a desordem que introduz nele: o escândalo que suscita, o exemplo que dá, a incitação a recomeçar se não é punido, a possibilidade de generalização que traz consigo. Para ser útil, o castigo deve ter como objetivo as consequências do crime, entendidas como a série de desordens que este é capaz de abrir.<sup>59</sup>

Ou seja, ao valer-se da polícia, como instrumento de repressão do Estado, as jogadoras por meio da punição seriam forçadas a acatarem as ordens instituídas. Segundo, Foucault: “polícia

<sup>57</sup>SILVA, Giovana Capucim. Op. Cit. p. 37

<sup>58</sup>Ibid.,p. 47

<sup>59</sup>FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 112.

e justiça devem andar juntas como duas ações complementares de um mesmo processo a polícia assegurando a ação da sociedade sobre cada indivíduo, a justiça, os direitos dos indivíduos contra a sociedade”<sup>60</sup>. Entretanto, podemos perceber que dentro do sistema político autoritário brasileiro, os direitos individuais das mulheres foram relativizados e adequados segundo um padrão de feminilidade e um discurso de verdade médico científico, pois: “A justiça penal, se conserva formas que garantem sua equidade, pode-se abrir agora às verdades de todos os ventos, desde que sejam evidentes, bem estabelecidas, aceitáveis por todos”<sup>61</sup>.

Como pudemos observar até aqui, ao longo da trajetória do futebol feminino no país, que se inicia próximo do governo de Getúlio Vargas e tem seu auge na década de 1940, com a formação de diversas equipes e competições, uma longa discussão permeou a prática do futebol associando padrões de feminilidade e masculinidade, que ligada a aspectos biologizantes e um discurso médico muito embasado nas ideias positivistas do século 19, nos padrões de higienismo, no início do século 20 e de eugenia, fortemente presente no projeto estado novista, no qual a mulher tem como principal função gerar filhos fortes para Nação, distanciou as mulheres de certos tipos de esportes, como por exemplo o futebol. Mas será que ser mulher é seguir estes padrões de feminilidade. Ou, ser reconhecida socialmente pela capacidade de gerar filhos? Afinal, o que é *ser mulher*? Essa questão foi colocada por Simone de Beauvoir na década de 40, em seu livro “O segundo Sexo”.

Mas antes de mais nada: que é uma mulher? "*Tota mulier in utero: é uma matriz*", diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: "Não são mulheres", embora tenham um útero como as outras. Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres".<sup>62</sup>

Por meio de uma análise existencialista, Beauvoir, reflete sobre a luta pela liberdade individual da mulher na sociedade hierarquizada pela dominação masculina. E conforme aponta Djamila Ribeiro, ao estudar esta obra que em sua primeira parte em titula-se “Destino” e aborda os aspectos biológico, psicológico e materialista histórico, estas abordagens são de grande importância porque ao “atribuir uma essência a mulher e criar um lugar definido”, um

---

<sup>60</sup>Ibid., p. 113.

<sup>61</sup>Ibid., p 118.

<sup>62</sup>BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: 1. Fatos e Mitos*. 4ª Ed. Difusão européia do livro, São Paulo, 1970. p.7 (sic)

destino, acabam por “tentar bloquear a liberdade da mulher”<sup>63</sup> naturalizando desigualdades. Portanto, Ribeiro ao analisar os escritos de Beauvoir coloca, que:

A aplicação da biologia na questão de gênero nos faz tomar uma diferença biológica como social. E a mulher não pode ser definida unicamente pela biologia ou sua sexualidade porque a consciência que a mulher adquire de si mesma é apreendida na sociedade a qual ela é membro. O homem é tido ainda como o soberano não porque tem uma anatomia diferente da mulher, mas porque principalmente quem possui essa anatomia diferente possui um prestígio social. Logo, percebe-se que não se pode ignorar o fato histórico e social.(...)Essas significações hierarquizadas diante das diferenças sexuais colocam a mulher numa situação de desvalorização permanente perante o homem.(...)É ainda muito comum ouvir frases como: “é da natureza da mulher cuidar”; “toda mulher tem um instinto maternal e tem que ser mãe” (a maternidade como destino) ; a mulher é dócil e delicada. E isto, geralmente, é visto e aceito sem estranhamento. Segundo Beauvoir, atribuir essência a mulher dizendo que ela tem um destino a ser seguido é querer destituir um ser humano de sua própria humanidade.<sup>64</sup>

O futebol feminino neste caso foi enquadrado dentro da “hierarquização das diferenças” a partir do aspecto biológico no meio social. Tanto dentro do Estado Novo, como durante a Ditadura Militar no Brasil, a sociedade impunha valores tidos como essenciais as mulheres e com isso, o modo como elas se reconheciam socialmente, caso fosse contrário ao padrão normativo, era desvalorizado e repreendido pelo Estado. É interessante notar, que dentro de governos autoritários, o conservadorismo é instituído como um padrão que deve ser aceito, e com isso não há espaços para diversidade, mas quando ocorre é duramente reprimido, isso acontecia como forma de legitimar o poder do Estado garantindo uma “ordem social” com estas hierarquizações.

Ribeiro pensando na naturalização das desigualdades, cria o conceito de “sexismo biológico”<sup>65</sup>, podemos compreender como os valores daquele período partem deste princípio que hoje atribuímos como sexista, no qual ocorre opressão por meio das diferenças sexuais e consolida papéis sociais colocados aos homens ou as mulheres. Mas também podemos ver o quanto as mulheres, ao confrontarem a ordem instituída, demonstram ter uma consciência de si que ultrapassa a visão tradicional e patriarcalista na qual os homens, seja por meio dos discursos médicos, da mídia, ou da jurisdição as subjugavam e oprimiam não só pelo gênero, mas também de acordo com sua etnia e classe social. Segundo Beauvoir: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a êle; ela não é

<sup>63</sup>RIBEIRO, Djamila. “Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico”. *Periódico: Sapere Aude* – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.506-509 – 1º sem. 2013.

<sup>64</sup> Ibid., p. 507.

<sup>65</sup>Idem.

considerada um ser autônomo”.<sup>66</sup> Portanto, lutar e resistir as pressões instituídas pela lei de proibição do esporte, nesse caso ao futebol, evidencia essa luta das mulheres para serem reconhecidas enquanto sujeitos dentro das relações sociais.

O corpo dentro dessa “anatomia política” moderna, tem uma função principal, que como vimos, está diretamente ligado a diferentes dispositivos e mecanismos que permitem o controle, o corpo é tido como objeto de poder que pode ser controlado e treinado colocando-o no meio social como um corpo sujeitado e submisso, “corpos dóceis” e “disciplinados” introjetam em si mesmos as normas morais colocadas culturalmente e socialmente. Como aponta Michel Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.<sup>67</sup>

Dentro de uma sociedade normalizadora, o corpo, de modo geral e não apenas o das mulheres, deve seguir as normas que se instituem como ferramentas do controle de discurso sobre a vida. No caso das mulheres, a gestação de filhos a relaciona diretamente a reprodução, de modo que, a sociedade impõe um maior controle, por estar relacionada a vida social, isso fica evidente com a moralização ligada a mulher que o tempo todo é objetificada dentro do modelo de dominação patriarcal. Mas ao lutarem pela autonomia de seus corpos tanto as jogadoras de futebol, quanto as mulheres que foram proibidas de praticarem outras modalidades, construíram e constroem uma nova história na qual são sujeitos e protagonistas que buscam reconhecimento, enquanto mulher e jogadora de futebol, e que entre os regimes autoritários, foram impedidas por lei de exercerem suas vontades individuais, ao passo que eram subjugadas pelos homens dentro e fora do contexto futebolístico.

O processo de internacionalização da prática do futebol auxiliou na conquista pela revogação do Decreto Lei. 7/65 em 21 de dezembro de 1979. O ressurgimento das equipes aconteceu no período que vai de 1979 à 1983, entretanto as jogadoras mesmo podendo praticar o esporte, eram proibidas de fazê-lo nos estádios que recebiam jogos oficiais, e nem podiam ter árbitros relacionados a alguma Federação para apitar as partidas. Portanto, esse foi o período marcado pela luta para regulamentação do futebol feminino.

---

<sup>66</sup> Beauvoir, Op. Cit. p. 10.

<sup>67</sup>Foucault, Michel. Op. cit., p. 164.

Um acontecimento importante foi noticiado pelo jornal *Mulherio*, em 1982 que trata do I Festival de mulheres nas artes, organizado por Ruth Escobar, em São Paulo, o qual no dia do encerramento quando as seleções femininas do Rio de Janeiro e de São Paulo se encaminhavam para entrar em campo receberam um Mandado de Segurança, mesmo com a organização tendo conseguido autorizar a partida qualificando-a como espetáculo. A jogadora Rose do Rio que fazia parte da organização da partida, afirmou:

Nossa intenção é fazer um show, promover o futebol feminino, atrair a torcida para os estádios com um novo tipo de espetáculo que não parece ferir ninguém, exceto uma legislação discriminatória, que impede a mulher de desempenhar uma atividade esportiva reservada, ao que parece, exclusivamente ao homem. Ora, toda lei (ou decreto, ou deliberação) que faça clara discriminação de qualquer espécie contraria a Constituição em vigor.<sup>68</sup>

O jogo aconteceu com tempo reduzido, a quarenta minutos total, também devido as pressões em apoio, dos jogadores do São Paulo F.C e Corinthians Paulista F.C., que jogariam logo em seguida.

A regulamentação pela Confederação Nacional de Desportos só aconteceu em abril de 1983, e entre as regras estavam o tempo da partida em 70 minutos, com intervalos de 15 a 20 minutos, a bola de diâmetro entre 62 e 66 centímetros e o peso máximo de 390 gramas; as jogadoras deveriam usar chuteiras com travas metálicas ou pontiagudas; e não poderiam trocar de camisas com as adversárias após a partida.

---

<sup>68</sup>Apud: ALMEIDA, Caroline Soares de. Boas de bola: *Um estudo sobre o ser jogadora no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013, p.55.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia pudemos analisar sociologicamente a prática do futebol feminino no início da década de 1920 até o fim do regime militar no Brasil. Com isso, percebemos que o futebol masculino esteve ligado aos projetos nacionalistas, mas o futebol feminino, por meio da Ciência Médica e da Jurisdição de 1941 e 1965, proporcionaram discursos de Verdade, que legitimaram as proibições do futebol feminino, tendo em vista os padrões normativos de feminilidade e masculinidade.

A mulher ao se enquadrar nos projetos políticos e ideológicos em sua função maternal, ligada aos ideais eugênicos distanciava-se dos esportes tidos como masculinos e esse padrão sexista, também relacionado ao gênero, a classe social e a etnia, estabelecia às mulheres uma forma moral de comportamento social e hierarquizava as diferenças por meio da dominação masculina.

Entretanto, muitas mulheres dentro deste “campo de disputas pelo monopólio do corpo legítimo” romperam os padrões e construíram uma história diferente do que era esperado para a época, pois confrontaram os padrões socialmente impostos em busca de valores culturais que problematizavam as categorias binárias (entre homem-mulher) e reconheciam que para além da questão física praticar futebol, também é uma questão cultural, política e social.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas fez referência ao significado da oposição homem-mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup>SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista: Educação & Realidade*. v. 15, n.2, jul/dez. Porto Alegre, 1990. p 92

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Caroline Soares de. *Boas de bola: Um estudo sobre o ser jogadora no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: I. Fatos e Mitos*. 4ª Ed. Difusão européia do livro, São Paulo, 1970.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: Da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. 6ª Ed, Atual, São Paulo, 1990.

DAMATTA, Roberto. “Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro”. In: Roberto; FLORES, Luiz F.B.N. ; GUEDES, Simoni L. & VOGEL, Arno. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FARIAS, Cláudia Maria de. “Os Jogos femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)”. *Anais do XXVI, Simpósio Nacional de História*. Jun, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANZINI, Fábio. Artigo: “Futebol é coisa para macho? Pequeno Esboço para uma história das mulheres no país do futebol”. *Revista Brasileira de História*. n. 50, vol. 25. São Paulo. Aprovado em: 10/2005.

\_\_\_\_\_. *Corações na ponta da chuteira: Capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1994.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades”. *Revista Brasileira de Educação Física Esportiva*, v. 19. São Paulo. 2005.



\_\_\_\_\_. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte: Esporte, Eugenia e Nacionalismo no Brasil no início do século XX”. *Recorde. Revista de História do Esporte*, v.1, nº1, junho de 2008.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

JÚNIOR, Osmar Moreira de Souza. *Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2013

MOURA, Eriberto José Lessa. *As relações entre lazer, futebol e gênero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2003.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: Cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2009.

PINTO, Célia Regina Jardim. “Feminismo, história e poder”. *Revista de Sociologia e Política* V.18, nº36: 15-23, Jun. 2010.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989

RIBEIRO, Djamila. “Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico”. *Periódico: Sapere Aude – Belo Horizonte*, v.4 - n.7, p.506-509 – 1º sem. 2013.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5565>. Acesso: 09/11/2016.

SARTI, Cynthia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, maio-agosto de 2004.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo cultura física e comportamento em São paulo nos anos 20*, 1ª Ed. Boitempo e Senac, São Paulo, 1999.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. RJ: Paz e Terra, 1978.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Revista Educação & Realidade*, v. 15, n2, jul/dez. Porto Alegre, 1990.

SILVA, Giovana Capucim. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: Entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_ “A luta pela Copa: obstáculos na institucionalização do futebol feminino”. In: GIGLIO, Sérgio Settani; SILVA, Diana Mendes Machado da. *O Brasil e as Copas do Mundo*. 1ª ed. São Paulo: Zagodoni, 2014.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. *Brasil entra em campo Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*, São Paulo: Annablume, 2008.

SUSSEKIND, Hélio. *Futebol em dois tempo*. Rio de Janeiro: Relume-Dmará, 1996.

## REFERÊNCIAS

### SITES

Secretaria de Informação Legislativa- Senado Federal:

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>

Dick, Kerr Ladies FC 1917-1965.

Disponível em: <<http://www.dickerrladies.com/index.htm>>. Acesso em: 12/07/2016.

Lei nº378 criada em Janeiro de 1937.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso: 11 out. 2016.

A respeito do Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/DI>  
P Acesso: 01/09/2016.

Brasil. Decreto-Lei 3.199 do ano de 1941. Proibição do esporte de acordo com a natureza feminina. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso: 11/06/2016.

Brasil, Deliberação nº 7 do ano de 1965, referente a proibição do esporte as mulheres. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/> Acesso: 28/10/2016.